



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

---

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2017.

**Comunicação: 110/2017**

**PROCESSO Nº 127/2017**

**MANDADO DE GARANTIA PREVENTIVO COM PEDIDO DE LIMINAR**

**REQUERENTE: CAMPO GRANDE ATLÉTICO CLUBE**

**REQUERIDO: PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO**

**RELATÓRIO:**

Trata-se de Mandado de Garantia com pedido de liminar objetivando que seja declarada legítima a participação do impetrante no Campeonato Estadual Série C de Profissionais de 2017 e também que a ordem seja concedida no sentido de que se legitime a participação de seus representantes no Conselho Arbitral marcado para o dia 09 de maio de 2017.

A negativa a autoridade coatora em aceitar a inscrição do impetrante se fundou na ausência de apresentação das duas últimas atas de eleições do clube devidamente registradas na serventia cartorial competente.



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

---

Para o impetrante, os requisitos do artigo 88 do Código Brasileiro de Justiça Desportiva foram preenchidos, pois existe receio de dano irreparável caso a conduta da autoridade coatora seja o fator determinante para a não participação da entidade de prática na competição.

Brevemente relatado, decido;

A entidade de administração do desporto tem a obrigação de verificar a capacidade de representação daqueles que se apresentam como mandatários das entidades de prática a ela filiadas.

A assertiva acima deveria trazer a conclusão de que a negativa em se proceder a inscrição do clube e sua consequente participação na competição seria legítima, contudo, talvez a relativização desse requisito (apresentar ata de eleição registrada), neste momento seja necessária.

Não seria razoável entender que terceiros não legitimados estariam pleiteando algo dessa robustez, sem a devida capacidade. Parece-me que a falta de organização e de cuidado da Diretoria do impetrante com registros notariais e suas consequências foram os reais causadores da situação a que está submetida, não sendo razoável que



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

uma instituição centenária seja impedida de participar da competição por este motivo.

Sopesando os interesses aqui em conflito, por ora, entendo que a desídia do impetrante não poderá ser a causa determinante de sua prematura exclusão.

Sendo assim, **CONCEDO A LIMINAR REQUERIDA**, para que a FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, realize os procedimentos de inclusão do impetrante no Campeonato Estadual Série C de Profissionais de 2017, garantindo a participação dos representantes por ele indicados na assembleia arbitral que ocorrerá no dia 09/05/2017, **fixando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para juntada nestes autos das atas das duas últimas eleições devidamente registradas**, ocasião em que o processo deverá ser remitido à conclusão do relator designado por sorteio.

Requisitem-se as informações de estilo à FERJ, com urgência. Escoado o prazo de 3 (três) dias, com ou sem sua manifestação, ouça-se a Procuradoria de Justiça.

Após, suspenda-se o presente feito pelo prazo acima apontado (30 dias).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

---

Dê-se ciência às partes.

Publique-se e intime-se

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2017.

**MARCELO JUCÁ BARROS**  
**PRESIDENTE TJD/RJ**